

Por Jorge Wahl

As tendências do mercado de saúde apontam no Brasil para uma maior variação do Custo Médico e Hospitalar (VCMH), índice traduzido como inflação médica, segundo estudo global agora divulgado pela consultoria Aon. A pesquisa aponta que o índice vai alcançar 18,09% em 2015, acima dos 16,12% registrados no ano passado. O resultado é quase duas vezes maior do que a inflação geral do País, projetada em cerca de 9,5% pelo último Boletim Focus, e ganha também da média mundial, estimada em 10,15%.

Dentre os motivos para o aumento do custo estão a valorização do dólar frente ao real, uma vez que equipamentos e medicamentos em sua maioria são importados; o déficit de leitos hospitalares privados nos grandes centros urbanos; além da pressão da classe médica por melhorias no valor dos honorários.

A maior longevidade torna o cenário ainda mais desafiante. Hoje, o Brasil comporta 14,9 milhões de pessoas acima de 65 anos, o que representa 7,4% do total populacional. De acordo com pesquisa do IBGE, em 12 anos, o Brasil será o sexto país com maior número de idosos em todo o mundo, e em 2060 serão 58,4 milhões, o equivalente a 26,7% de toda a população.

Além do aumento da expectativa de vida, que passará dos atuais 75 anos para 81, o contingente populacional atingirá seu ápice em 2042. Tudo isso contribuirá para o aumento do número de pessoas idosas no país e a consequente explosão dos custos da saúde.

Para o vice-presidente de benefícios globais e contas estratégicas para a América Latina da Aon, Humberto Torloni Filho, os motivos que levam o avanço da inflação médica especialmente na América Latina e Ásia é a retração da participação do poder público nos custos de saúde, obrigando o setor privado a absorver cada vez mais responsabilidades. O motivo fica ainda mais justificado depois da PEC 358, que propõe alteração do financiamento público da saúde, reduzindo ainda mais a verba destinada ao SUS.

E os fundos de pensão com isso? - Atualmente, 35 EFPCs administram planos de autogestão em saúde. Particularmente estas entidades estão preocupadas e buscam soluções, embora na verdade as demais devam também estar envolvidas na busca, uma vez que quase todo o participante se depara com o problema que representa uma aposentadoria em valor muitas vezes insuficiente para pagar a mensalidade do plano de saúde.

Aliás, não é por outra razão que a Abrapp vem propondo a criação do Prev Saúde, um plano administrado à parte pelos fundos de pensão para capitalizar recursos que permitiriam aos aposentados dispor dos meios para pagar com mais conforto o plano de saúde. A proposta já foi examinada por um Grupo de Trabalho do CNPC e continua em exame.

Problema que as entidades podem, sem dúvida, enfrentar com mais tranquilidade caso se unam para compartilhar ideias e experiências e encontrar meios de, juntando forças, ganharem escala. Esse é o propósito, aliás, lembra o Diretor Luiz Carlos Cotta, do 1º Seminário de Autogestão em Saúde dos Fundos de Pensão, evento que a Abrapp estará promovendo em 1º de setembro próximo, em São Paulo. Um programa que, explica Cotta, interessa tanto às associadas que administram planos de saúde como aquelas que não os têm, mas devem ser solidárias com participantes que estão no meio do fogo cruzado e naturalmente estão preocupados.

Maiores informações: <http://sistemas.abrapp.org.br/educaprev/eventos/autogestao.htm>

Cotta chama a atenção para o lançamento, durante o evento, do "Guia de Controle de Risco em Autogestão em Saúde", o tipo da publicação capaz de ajudar os gestores a enfrentar um momento

tão difícil.

Fonte: [Abrapp](#), em 21.08.2015.